

A solução do tamanho do problema

ACEITAR O DESAJUSTE E A VOLTA DA INFLAÇÃO, VIA MÁXI, É QUEIMAR O INVESTIMENTO SOCIAL NA BUSCA DA ESTABILIDADE

OCTAVIO DE BARROS

Estão vendendo gato por lebre. Os defensores da maxidesvalorização estão prometendo o que não podem entregar. Estão disseminando a tese de que a máxi reduz imediatamente os juros domésticos. Isso é pura ficção. Chega-se a ouvir argumentos de que a maxidesvalorização reduziria o sofrimento social e evitaria a necessidade de um ajuste fiscal tão duro. Ora, é justamente o inverso. A maxidesvalorização poderia levar a uma recessão não de -1%, mas de -15% como na Indonésia. O nível de desemprego poderia chegar a níveis significativamente superiores àqueles que ocorrerão em 99 com o desaquecimento previsto pelo ajuste em curso.

Com a máxi, a desestruturação da economia seria brutal com quebra de empresas e de

bancos recém-ajustados, além da inexorável volta da inflação e indexação. Empresas entrariam em moratória interna e externa e o déficit fiscal, em vez de cair, subiria com a queda

de arrecadação e aumento do serviço da dívida pública interna dolarizada e externa. Por seu turno, a relação dívida pública sobre o PIB aumentaria a níveis dramaticamente altos. Em suma, com a maxidesvalorização estaríamos renunciando a uma extraordinária oportunidade histórica de dar um passo à frente na construção de um desenvolvimento firme e não excludente. 1999 tem tudo para ser um ano de transição histórica para o equacionamento dos problemas fiscais e, conseqüentemente, do setor externo. Essa chance não deve ser perdida.

Ainda que os fundamentos indiquem corretamente que as taxas de juros embutem uma expectativa de desvalorização do câmbio, uma forte desvalorização do real neste momento dificilmente contentaria o mercado quanto a seu nível. Portanto, na crise internacional em curso, não existe a mais remota chance de se promover uma desvalorização organizada que tivesse a propriedade de acalmar as expectativas e, portanto, a de favorecer uma redução consistente e firme dos juros domésticos.

É preciso ficar claro que só, e somente só, a restauração da confiança no rumo traçado em termos de estabilização monetária e fiscal é que permitirá a redução consistente das taxas de juros internas. Não tem paralelo no mundo em desenvolvimento, o grau de internacionalização produtiva e financeira adquirido, há muito tempo, pela economia brasileira. Portanto, seu estatuto internacional de mais importante nação em desenvolvimento faz com que não haja espaço para se desprezar as expectativas internacionais em relação à economia.

A retomada ainda que lenta de ingressos líquidos positivos de capitais externos voluntários também pavimentará o caminho para a redução rápida dos juros. Da mesma forma, o prêmio de risco expresso na cotação dos títulos brasileiros no exterior também tornou-se um parâmetro básico para aferirmos o ritmo para a redução das taxas de juros domésticas. Temos uma economia aberta cujo dinamismo depende visceralmente da confiança internacional. Quase todos os setores dinâmicos da economia brasileira têm a liderança de capitais estrangeiros. Menosprezar esse fato pode ter conseqüências graves. Se o modelo brasileiro poderia ser diferente

ou não do que é, isto é uma questão do passado e não tem mais sentido ficar chorando sob o leite derramado. Hoje temos de tirar proveito dessa circunstância histórica na qual se deu nosso desenvolvimento. Remar contra essa realidade é afundar o País no descrédito externo e interno. Além disso, sabemos que os agentes econômicos domésticos são movidos pelas expectativas externas em relação ao Brasil. Já há ampla evidência empírica sobre isso. Lidar de forma inteligente com a internacionalização é, de longe, a melhor estratégia neste momento.

O apoio internacional de governos e instituições multilaterais e bilaterais não falta ao País. Não há precedentes históricos de apoio a países em desenvolvimento com tal grau de amplitude institucional como o Brasil recebe atualmente. Isso amplia enormemen-

te as chances de sairmos dessa situação rapidamente. Mas isso depende da aprovação urgente do ajuste fiscal.

Hoje o País vive uma mentira orçamentária. Vive totalmente fora de seus

meios. O modelo político vigente favorece essa distorção. Nossa democracia deu grandes passos nos últimos anos. Agora, está na hora de modernizarmos e aperfeiçoarmos nossas relações políticas em torno de um orçamento que traduza a restrição que a sociedade nos dá. Isso é muito sério. Precisamos cair na real. Desperdiçamos muito dinheiro no Brasil. E isso não é apenas privilégio do setor público. A noção de restrição orçamentária precisa entrar para valer na agenda dos governos. Em todo o mundo desenvolvido é assim. Um país em desenvolvimento como o Brasil precisa mais ainda ter presente esse constrangimento. Há uma oportunidade histórica de disseminarmos essa noção de respeito ao orçamento. Referimo-nos aqui à noção de que todo projeto de desenvolvimento tem de ser financiado com recursos sociais. Não dá mais para fazer cortesia com o chapéu dos outros. A era do populismo não combina mais com um país moderno que tem de enfrentar seus desafios sociais com determinação de políticas públicas dedicadas, porém, com fontes realistas de financiamento.

Vociferar que o déficit foi causado pelos juros da dívida interna e a dívida interna aumentou por causa disto ou daquilo é não compreender que esse foi o custo social da superação de décadas de superinflação e cerca de sete anos de hiperinflação. Esse custo social atingiu um nível que tem de ser limitado imediatamente. Faz tempo que não existe mais almoço gratuito. Mas tem gente ainda que diz que inflação é irrelevante depois de décadas de degradação social e concentração de renda causada por ela e só por ela. O aumento da dívida interna é uma decorrência do próprio processo de superação da hiperinflação. A sociedade escolheu eliminar a inflação que colocou o País na situação de péssima concentração de renda que ainda se encontra apesar da melhora nos últimos anos. Apesar de essa mesma inflação ter ajudado a financiar uma malha produtiva notável por seu tamanho, moldou-a de forma atavicamente excludente. Agora temos a chance de tornar o desenvolvimento brasileiro socialmente mais justo e reduzir com determinação as desigualdades sociais.

Não se pode perder de vista que a inflação, durante anos, foi a expres-

são manifesta do conflito distributivo em que a população mais desfavorecida foi derrotada. Com o fim da inflação, o conflito distributivo passou a manifestar-se em outro lugar: no agravamento do desequilíbrio fiscal, ou seja, no aumento da posição credora privada em relação ao Estado. É reacionário não compreender isso e não ver que no desequilíbrio fiscal há uma disputa pela renda social. Aceitar a volta da inflação, via maxidesvalorização cambial, isto sim, é jogar no lixo e queimar todo o investimento social feito para derrubar a inflação e aumentar a eficiência econômica. Combater de forma contundente o desequilíbrio fiscal é consolidar as conquistas e ganhos sociais com o fim da inflação e evitar que o conflito distributivo expresso na fatura de R\$ 70 bilhões de déficit anual do setor público seja enviada à população mais pobre. Essa população recém-incorporada ao mercado de consumo corre o risco de perder mais uma vez a batalha do conflito distributivo a favor dos agentes econômicos estrategicamente bem posicionados. Isso ocorrerá caso não façamos já um duro ajuste fiscal eliminando os privilégios e reduzindo os gastos públicos ao essencial, ao que interessa socialmente.

É decisivo que se compreenda que ninguém sai de uma hiperinflação cantando alegremente e crescendo a 8% ou 10% ao ano. Sair de uma hiperinflação é um processo custoso e necessariamente muito longo. Já pagamos muito por isso e agora é hora de preservar a estabilização fazendo o ajuste no padrão de financiamento do desenvolvimento brasileiro e modificando radicalmente o modelo de financiamento do próprio processo de estabilização. Esse foi o modelo de financiamento politicamente possível até aqui. Agora, é preciso dar um salto de qualidade. Vai sair barato para a sociedade fazermos agora uma profunda modificação em nosso modelo de financiamento do desenvolvimento. Sairia infinitamente mais caro para a sociedade e seria um retrocesso do ponto de vista político perder essa chance de garantir o crescimento sadio, consistente e sem inflação dentro de um horizonte não tão longo.

O debate econômico atual está pessimamente decodificado para o grande público. Só se discute o curto prazo. O exemplo disso é a total confusão de valores ideológicos: de um lado os chamados "progressistas", que, apostando na máxi, acabam defendendo inadvertidamente a manutenção de profundas injustiças sociais no modelo previdenciário, a volta do imposto inflacionário sobre a população mais carente e um brutal aumento do desemprego e da desestruturação da economia. De outro, os chamados "liberais" defendendo a justiça social com a eliminação dos privilégios no regime de seguridade social, a preservação do poder de compra da população pobre, a manutenção dos horizontes de longo prazo que permitirão a recomposição da poupança e do investimento sustentado e a organização do gasto público concentrando os escassos recursos em programas sociais profundos. Afinal, quem é conservador nessa história? Algo está errado que não permite muitos formadores de opinião entender o processo dentro de um horizonte de longo prazo. É importante que fique claro que o ajuste fiscal proposto é de

interesse de todos e não apenas do governo. Ele é duro e com seqüelas no curto prazo, mas muito mais duro ainda seria sucumbir na desestruturação total da economia.

Portanto, há atualmente uma grande divergência de medicação para o problema por que atravessa a economia brasileira. O remédio da maxidesvalorização pode levar ao coma e a morte por septicemia. O remédio do ajuste fiscal duro e de preservação do regime cambial flexível que temos pode levar a uma convalescença mais longa, porém, mais segura, reforçando as resistências imunológicas do paciente. Um paciente com melhores defesas imunológicas tem amplas condições de reconstruir rapidamente a sua vida. Por outro lado, a maxidesvalorização é uma droga que, recorrentemente prescrita no Brasil, já criou anticorpos e seu efeito direto na doença é efêmero e ilusório. Faz um estrago gigantesco no paciente no primeiro momento e pode levá-lo à morte por causa de efeitos colaterais.

Tem muita gente embarcando na canoa furada da máxi. O mais melancólico disso tudo é que o maior lobby da maxidesvalorização é o de grande parte daqueles que fugiram com US\$ 30 bilhões nos últimos três meses e estão doidos para voltar com um belo desconto. Isso porque continuam muito interessados nos ativos brasileiros que poderiam comprar muito mais baratos. Na verdade querem continuar entrando, saindo e arbitrando com os desafios nacionais. Da mesma forma, uma maxidesvalorização deprecia o valor dos papéis brasileiros no exterior premiando aqueles que, apostando na debacle brasileira, venderam suas posições a descoberto e, até aqui, estão perdendo muito dinheiro porque os títulos não caíram o suficiente. Querem recuperar suas posições rapidamente.

Ainda que mais legítima, outra pressão a favor da desvalorização pronunciada também vem dos exportadores que sonham em ser aquinhoados com uma significativa transferência de renda. Evidentemente essa seria uma transferência de renda que, no contexto internacional atual, pouco repercutiria no aumento das exportações e seria necessariamente feita

em detrimento da população mais pobre. Neste caso, teríamos uma rápida corrosão dos ganhos de competitividade aparentes dos produtos exportados por causa da forte retomada da inflação. A desva-

lorização real do real seria pouco relevante alguns meses após a máxi. O México tentou começar com 8% acabou desvalorizando mais de 100% e, um ano após, tinha menos de 10% de desvalorização real.

É importante que o Congresso dê sua contribuição aperfeiçoando, acelerando as reformas e aprovando rapidamente as medidas. Deve ser rejeitado o discurso populista vendendo facilidades que não existem numa crise destas dimensões. Tem muita retórica populista fora de hora. Estamos diante de uma crise internacional séria que requer soluções inteligentes, duradouras e estratégicas. O momento requer serenidade e visão de longo prazo. Mais do que isso, impõe-nos a busca uma solução do tamanho do problema.

■ Octavio de Barros é diretor-técnico da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais (Sobeet)

Lobby do câmbio inclui a maioria que fugiu nestes meses com US\$ 30 bilhões e está doida para voltar